



Guerra das Laranjas - OLIVENÇA - Primeira invasão francesa - 2

01-Dezembro-2007

Recordam-se, neste ano de 2007, os duzentos anos das Invasões Francesas. Eis algo que, esperamos, dê azo a grandes reflexões sobre a História de Portugal. Refiro-me a uma História sem complexos. Porque, neste campo, continuam a existir muitos complexos. Um deles reside no facto de pouco se falar na revolta popular generalizada do povo português contra o ocupante gaulês, em 1808. Ela foi geral, e percorreu quase todo o País. O problema é que teve aspectos considerados bárbaros para os mais sensíveis. E, como no seu ódio contra quem pilhava e roubava Portugal se viam como inimigos também os ideais liberais, a História, escrita principalmente por liberais, vitoriosos em 1820, e definitivamente em 1834, resolveu falar pouco disso. Bastará ler alguns livros, pouco citados e quase nunca reeditados, para compreender o que foi um povo em fúria a lutar contra um ocupante opressor e contra os seus colaboradores "internos". É o caso da "História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal", de José Acúrsio das Neves. Ou de "El-Rei Junot", de Raul Brandão. Dir-se-ia que algumas elites apanharam um valente susto. E, pelos vistos, ainda não se sentem à vontade com o tema. Ao ponto de investigadores estrangeiros pensarem que não houve revolta. Houve, sim. Cega, reaccionária porque contra tudo o que o invasor representava, desumana com excepções pontuais. O que não se pode fazer é História (com "H" maiúsculo) omitindo o que não convém. Esperemos que os duzentos anos façam algo para recuperar este passado. Que poderá não ser bonito, mas que existiu, e foi uma manifestação colectiva, das mais importantes da História do Povo Português. Outro complexo está em deliberadamente esquecer o que se poderá

considerar como uma pré-invasão francesa. Eu estou entre os que lhe chamam Primeira Invasão francesa. O "caso" passou-se em 1801, e envolveu uma invasão espanhola, manobrada por Paris. Dela resultou a ocupação do território português de Olivença... curiosamente, o último vestígio palpável de toda aquela época, uma vez que subsiste um conflito diplomático até hoje. Espanha, pelo Tratado de Viena, comprometeu-se a devolver Olivença, mas até agora esse compromisso ainda não foi cumprido, e segundo as leis e convenções internacionais Olivença continua a ser portuguesa.

RECORDANDO AS LACUNAS DA MEMÓRIA NOS 200 ANOS DAS INVASÕES FRANCESAS

Recordam-se, neste ano de 2007, os duzentos anos das Invasões Francesas.

A História é simples. A Revolução Francesa, de início, é bem aceite em Portugal, salvo pelo Poder. Mas, com as Reformas democráticas, e principalmente com o início da Expansão francesa, as coisas mudam. A morte do Rei Luís XVI lançou o pânico. Toda a Europa se coligou contra a França. Neste contexto, Portugal vai participar, em 1793, como um exército auxiliar da Espanha, nas, tantas vezes esquecidas, Campanhas do Rossilhão e da Catalunha. É nessa altura que surge Manoel Godoy, "primeiro-ministro" de Espanha. Em plenas campanhas, assina a Paz com a França (1795), ganhando o título de "Príncipe da Paz".

Todavia, Portugal foi esquecido pelo seu aliado, como seria de esperar dos castelhanos. Continua, teoricamente, em guerra com a França. Abre-se, até 1801, um período de uma complexidade extraordinária. Portugal procurava a paz, usando a Espanha como medianeira, mas em vão. A partir de 1799 mais se complica a situação portuguesa. Napoleão procurava alargar o Domínio Francês. Em 1801,

Bonaparte, nomeia um exército para invadir Portugal, sob o comando do general Leclerc. Godoy, todo poderoso em Espanha, viu na invasão de Portugal uma oportunidade de brilhar ainda mais (?), e convence Napoleão a deixar que seja ele a comandar a invasão do Alentejo à frente de um exército espanhol. Os franceses ficaram estacionados ao longo da fronteira, em Ciudad Rodrigo.

Esta invasão, denominada Guerra das Laranjas, não é mais do que a primeira invasão francesa. Quase sem luta todo o Alentejo, mesmo porque havia a sensação de que se estava a lutar por "estranhos ao conflito", como "carne para canhão". As negociações de paz em Badajoz, levaram à devolução de todas as Praças a Portugal, salvo Olivença. Nestas negociações estavam, também, representados os franceses, que se sentiram defraudados, e negaram-se a subscrever o texto.

Este apresentava lacunas e imposições várias, que Portugal muito justamente considerou depois conduzirem à sua nulidade. Como disse Pinheiro Chagas, o tratado de Badajoz quebra-lhe «nas mãos a arma de que se estava servindo nas suas negociações com a Inglaterra».

Perante isto, é natural que muitos (nos quais eu me incluo) considerem a invasão de 1801 como a

primeira invasão francesa. O que é indesmentível é que a "Questão de Olivença" está ligada a este período da nossa História. O que muitos continuam a esquecer, a omitir, e negar (?), mas principalmente a desprezar.

Esperemos não ter de esperar mais cem anos, enquanto povo, para ver estas questões tratadas com verdade e sem complexos....

OLIVENÇA: O MAPA COM A FRONTEIRA SÓ TRACEJADA

Em vêz de um risco grosso, um tracejado no mapa. Uma disputa fronteiriça entre a Índia e o Paquistão, a Eritreia e a Etiópia, o Chile e a Bolívia? Não! A desavença, velha de dois séculos e por cobardia nunca claramente assumida nas cimeiras bilaterais, é entre Portugal e a Espanha, que não colocam marcos fronteiriços entre o rio Caia e a ribeira de Cuncos, o limite fronteiriço que não consta na cartografia oficial portuguesa nem em qualquer documento com o escudo nacional.

Eis o motivo que faz com que os patriotas associados do Grupo dos Amigos de Olivença (GAO) - que assinalam sempre com ênfase o 1.º de Dezembro - continuem a pugnar para que o Estado Português prossiga o que consideram um "imperativo constitucional": a exigência de que Espanha cumpra o decidido no Congresso de Viena de 1815, isto é, a entrega do território de Olivença

Na origem da polémica está a Guerra das Laranjas. Em 1801, com o apoio napoleónico, as tropas espanholas tomaram Olivença a 20 de Maio, no dia seguinte conquistaram Juromenha, cercaram Campo Maior e, depois, Elvas. Após duas semanas, Portugal pediu a paz e, a 6 de Junho, assinaria o Tratado de Badajoz, em que os territórios alentejanos eram restituídos, à excepção da praça de Olivença do seu território além-Guadiana, que ficavam espanhóis "em qualidade de conquista".

O documento, em que se selava uma paz eterna entre os dois Estados, seria considerado nulo se alguém violasse qualquer dos seus pontos. E como, em 1807, os espanhóis apoiaram a invasão francesa de Junot, um diploma do príncipe regente (futuro D. João VI, já no Rio de Janeiro, que era, à época, a capital portuguesa), o Manifesto de 1 de Maio de 1808, declara nulo e de nenhum vigor o anterior Tratado de Badajoz.

No Congresso de Viena de 1815, em que se reúnem França, Grã-Bretanha, Áustria, Prússia, Rússia, Suécia, Portugal e Espanha para se desenhar a nova ordem europeia após as Guerras Napoleónicas, o art. 105.º da Acta Final obrigava a Espanha (que só assinaria o documento em 1817) a devolver Olivença a Portugal.

Aquele grupo de cidadãos patriotas pretende o mesmo que tem sido sempre "a política oficial do Estado Português" neste tema, mas insistindo para que o assunto "se reponha em cima da mesa das negociações diplomáticas", em vêz da actual omissão cobarde.

Evocando a História e o Direito Internacional, lembro que o Manifesto de 1808 "nunca foi revogado por qualquer outro documento jurídico idêntico" e que as autoridades nacionais continuam, em seu entender, vinculadas a esse diploma. Além disso, o art. 5.º-1 da

Constituição de 1976 - "Portugal abrange o território historicamente definido no continente europeu" - só se entende por ter, implícita, uma

alusão a Olivença. Esta tese é subscrita pelos principais constitucionalistas, de Jorge Miranda a Gomes Canotilho.

Neste contexto, "não sugiro que se faça um referendo em Olivença ou se recorra a um tribunal arbitral, que a questão seja debatida no âmbito da ONU ou em Bruxelas", pois isso compete aos legítimos representantes do País. Os Amigos de Olivença insistem é na necessidade do tema integrar a agenda da nossa diplomacia e ser abordado entre os dois Estados, em vên da actual omissão cobarde.

Parecem distantes, pois, os tempos em que o presidente do GAO era o almirante Pinheiro de Azevedo (primeiro-ministro do VI Governo Provisório e candidato na eleição presidencial de 1976), que publicou um livro com o título Olivença Está Cativa Pela Espanha - Por Culpa de Quem? Olivença! Gibraltar! Malvinas! e sugeriu uma "marcha verde" para libertar a cidade.

Perante o cepticismo, avançam-se vários argumentos, invocando testemunhos de gente humilde e obras de pessoas letradas, visitas a casas onde os antigos denunciam o seu bilinguismo nas canções de embalar e e-mails de jovens que querem perceber por que motivo "não são iguais aos de Badajoz". "O tempo jogou contra Portugal - até porque o homem comum não conhece a História -, mas agora já não joga. A erosão que o tempo podia fazer está feita: ou conseguiu a castelhanização ou, então, num tempo de globalização, já não o consegue."

Lembro as fases em que Madrid aumentou a aculturação: em 1805, as actas da câmara começaram a ser em castelhano e, em 1840, o uso do português foi proibido nas liturgias e os padres passaram a falar na língua dos funcionários, professores e magistrados, persistindo o português só entre a população rural.

No franquismo, que tentou erradicar o basco, o catalão e o galego, não se podia falar português na rua, sob pena de serem aplicadas coimas aos delinquentes linguísticos. Entretanto, a par da escolaridade obrigatória na língua oficial, a rádio e a televisão acentuaram a presença do castelhano no quotidiano.

A questão de Olivença, que muita gente em Portugal considera uma bizantinice, tem afinidades com as polémicas que, oficialmente, Madrid mantém com Londres, a propósito de Gibraltar, e Rabat com Madrid, sobre Ceuta e Melilla, roubadas aos portugueses na sequência da ocupação castelhana de Portugal entre 1580 e 1640. Afinal, o título do polémico livro lançado em 2003 pelo embaixador espanhol Máximo Cajal era Ceuta, Melilla, Olivenza y Gibraltar. Donde termina España. E até o site da CIA, na página

dedicada a Espanha, acrescentou há uns anos que "Portugal não reconhece a soberania espanhola sobre o território de Olivença, com base no Congresso de Viena de 1815 e do Tratado de Badajoz de 1801" .

E, no entanto apontando para o mapa pendurado numa qualquer parede, pode citar-se uma frase escrita por Henrique Barrilaro Ruas: "Olivença é a chaga do lado no coração de Portugal." |

DOIS SÉCULOS "DA GUERRA DAS LARANJAS À PONTE DA DISCÓRDIA" ESTILO MANUELINO

O ramo de laranjeira, apanhado nos campos de Elvas, que o generalíssimo Manuel Godoy enviou à Rainha Maria Luísa - de quem se dizia ser amante - para a informar, num jeito galante, que tinha tomado aquela

importante praça (onde, afinal, não entraria), acabou por dar o nome à breve campanha militar, que deve ser considerada a Primeira Invasão Francesa. Desde esse ano de 1801 que Olivença passou a depender de Madrid, mas os vestígios de séculos portugueses multiplicam-se, do pavimento das ruas ao gosto pelo bacalhau. E, no entanto, as principais marcas são as obras manuelinas, desde o edifício que é a actual Câmara Municipal à Igreja da Madalena, que há quem aponte como um expoente daquele estilo arquitectónico.

A ideia original na génese do Grupo dos Amigos de Olivença, criado em 1938, partiu de Ventura Ledesma Abrantes (1883-1956), um oliventino que se fixara em Lisboa em 1903. Editor prestigiado, ligado à criação da Universidade Livre e à Primeira Feira do Livro, presidente da Associação da Classe de Livreiros em Portugal e membro da Sociedade de Geografia de Lisboa, atraíu para a causa intelectuais como Hernâni Cidade ou Jaime Cortesão e Humberto Delgado. Quando o "general sem medo" proferiu a célebre frase sobre Salazar ("Obviamente demito-o"), era presidente da AG. Depois, foi atraído à cilada da PIDE com a promessa de que haveria oliventinos dispostos a colaborar num golpe e, antes de ser morto, ao ver a placa "Olivenza" (em castelhano), terá comentado para a sua secretária: "Portugal".

PONTE DA AJUDA

A reconstrução da Ponte destruída em 1709 durante a Guerra de Sucessão de Espanha - antes, pois, da Guerra das Laranjas - abriu um contencioso entre Portugal e Espanha sobre a soberania do Território, convenientemente publicitado pelo GAO. Aliás, todas as manifestações das autoridades portuguesas, por mais discretas que sejam, são convenientemente divulgadas pelo Grupo, cujos adeptos se manifestam de forma muito clara, tendo chegado a hastear uma bandeira portuguesa no Castelo de Olivença (NOTA: NÃO FOI O GRUPO, todavia, que em 2007, com gente DISFARÇADA de DARTH VADER, colocou uma bandeira sobre uma porta do Castelo). No seu "site" registam-se, por exemplo, a "afirmação da Assembleia da República de que 'de jure' Olivença é parte de Portugal" e "as declarações públicas e regulares do governo sustentando que se mantém 'a doutrina jurídico-política que tem sido seguida relativamente ao território de Olivença'".

PERFIL

ANTÓNIO JOÃO TEIXEIRA MARQUES

- Presidente do Grupo dos Amigos de Olivença desde 2000 e jurista
- Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa
- Natural de Alcoutim, tem 52 anos
- Casado, dois filhos

Em vês de "hobbies", este jurista dedica os seus tempos livres a estudar tudo o que se relaciona com Olivença, do Tratado da Alcanizes(1297, reinado de D. Dinis), que definiu a posse portuguesa do território, à nossa justa pretensão de retomar a cidade, levantada por Afonso Costa no Tratado de Versalhes(que, em 1919, encerrava juridicamente a I Guerra

Mundial). Teixeira Marques tanto procura identificar resquícios da festa popular do São João escondidos numa tradição daquela comunidade bilingue e bicultural como dominar a contra-argumentação para a nova tese sobre a aquiscência portuguesa (150 anos sem reclamar a antiga praça militar (?)) erradamente avançada pela historiografia espanhola. Além da doçaria que prova naquela cidade com brasões portugueses nas paredes e onde há quem cante corridinho, o presidente do GAO fala com a mesma facilidade dos descendentes oliventinos de Vasco da Gama ou de se manter ali essa instituição de solidariedade portuguesa que é a Santa Casa da Misericórdia.

A.C.@2007
